

ⁱ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (UFRJ/PPGSA), Brasil
grazimoraessilva@ufrj.br

ⁱⁱ Pontificia Universidad Católica de Chile
mlopez8 @uc.cl

Graziella Moraes Silva ⁱ

Matias López ⁱⁱ

O POVO BRASILEIRO VISTO PELAS ELITES: REPERTÓRIOS E FRONTEIRAS SIMBÓLICAS DA DESIGUALDADE BRASILEIRA

A afirmação de que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo já é parte do senso comum nacional. De fato, mesmo com a diminuição da desigualdade na última década, o Brasil continua no grupo dos países mais desiguais, segundo o índice de Gini.¹ Enquanto a grande maioria dos trabalhos sobre a desigualdade no Brasil discute a questão a partir da base, enfatizando as possibilidades, barreiras e estratégias de mobilidade e mobilização (ver Neri, 2003; Ribeiro & Scalon 2004; Silva, 2004; Stein, 2006), estudos mais recentes têm enfatizado a importância de estudar o tema a partir do topo (ver Catani, 2010; Medeiros, 2005).

Neste artigo, buscamos explorar as visões das elites brasileiras sobre o povo brasileiro, mais especificamente sobre os pobres. Em seu estudo sobre as consequências da desigualdade na América Latina, Blofield² (2011a, 2011b) argumenta que a região se caracteriza por uma grande distância social entre ricos e pobres. A distância social pode ser definida como o afastamento subjetivo fundamentado na diferenciação de indivíduos e grupos com base na raça, religião, nacionalidade ou classe social (Williams apud Blofield, 2011a). Segundo Blofield, a grande desigualdade social na América Latina faz com que as elites e os pobres vivam em mundos diferentes, o que implica uma grande distância social. Esta, por sua vez, ajudaria a explicar por que as elites se envolvem pouco no combate à pobreza. Segundo Reis (1995), quanto maior é a distância entre

segmentos sociais, mais abstrata se torna a preocupação das elites com os pobres, portanto, menor é a propensão a agir em função dos mesmos.³

A distância social entre elites e pobres, conforme argumentamos neste artigo, também está associada a fronteiras simbólicas entre “nós” (elites) e “eles” (povo, pobres, menos favorecidos). Como Lamont & Molnar (2002: 168), distinguimos fronteiras sociais e simbólicas: fronteiras sociais seriam manifestas de forma objetiva em acesso desigual a recursos e oportunidades; as fronteiras simbólicas são definidas como distinções conceituais feitas por atores sociais para categorizar objetos e pessoas. As autoras argumentam que, apesar da objetividade das fronteiras sociais, as fronteiras simbólicas também são centrais e têm consequências importantes na manutenção ou transformação das desigualdades objetivas. Como base em identidades coletivas, as fronteiras simbólicas criariam sentimentos de similaridade e pertencimento, tornando-se um meio de adquirir *status* ou monopolizar recursos (ver Bourdieu, 2013 [1979]), mas também passíveis de serem mobilizadas pelos grupos subordinados como ferramentas para questionar fronteiras sociais (ver Ellemers, 1993).

Sociólogos da cultura têm enfatizado como as fronteiras simbólicas variam mesmo em contextos com fronteiras sociais semelhantes. Por exemplo, as fronteiras econômicas na França e nos Estados Unidos são semelhantes, mas americanos e franceses mobilizam fronteiras simbólicas diferentes para justificá-las. Enquanto na França a noção de alta cultura é central, nos EUA ela é rejeitada, e as fronteiras simbólicas entre as classes estão mais associadas com valores da ética do trabalho (Lamont, 1992). O estudo das fronteiras simbólicas é útil para compreender os repertórios culturais hegemônicos em diferentes contextos e identificar suas consequências para a reprodução da desigualdade. Ao explorar como atores sociais constroem similaridades e diferenças entre os grupos, também é possível compreender como fronteiras simbólicas moldam sua compreensão sobre a responsabilidade com relação ao “outro”.

Acreditamos que esse é um argumento especialmente forte no caso das elites, uma vez que elas controlam os principais recursos de poder na sociedade. Neste artigo, nosso interesse é identificar as diferentes categorias – econômicas, culturais, políticas e

morais – utilizadas pelas elites brasileiras para se distinguirem (ou aproximarem) do “povo brasileiro”, em especial dos pobres. Primeiro, discutiremos brevemente a literatura sobre cultura, pobreza e elites. Em seguida, apresentamos nossa estratégia metodológica, que combina o uso de um *survey* com entrevistas em profundidade. Na seção de resultados, identificamos as fronteiras simbólicas mobilizadas pelas elites. Por fim, concluímos o artigo debatendo as possíveis implicações das fronteiras simbólicas no panorama geral da desigualdade brasileira, sobretudo suas consequências na desigualdade política do Brasil.

CULTURA, POBREZA E ELITES

A relação entre pobreza e cultura foi tradicionalmente estudada nas ciências sociais a partir de duas perspectivas: o enfoque nos valores dos próprios pobres e o enfoque nas culturas nacionais como um todo. O enfoque nos valores e atitudes dos pobres cunhou o conceito “cultura da pobreza” (Lewis, 1975). Essa perspectiva enfatiza o modo como valores culturais presentes nas famílias pobres limitam as possibilidades de mobilidade social. Já o enfoque em culturas nacionais, conhecido genericamente como “cultura política”, vê as sociedades como se marcadas por eixos culturais que podem promover ou inibir o desenvolvimento social (Almond & Verba, 1963; Lawrence & Huntington, 2000; Inglehart, 1988). Esses dois enfoques foram duramente criticados: enquanto a cultura da pobreza culparia os pobres pela sua situação, minimizando as causas mais estruturais da pobreza, a cultura política tenderia a essencializar culturas nacionais como empecilhos ao desenvolvimento. Talvez por isso o conceito de cultura tenha se afastado do *mainstream* de estudos de pobreza na sociologia.

Uma exceção são os trabalhos de Bourdieu, que mesmo não tratando diretamente de pobreza, ressaltam o papel do gosto cultural na reprodução das desigualdades sociais. Em “A Distinção” 2013([1979]), o autor demonstra como a classe alta francesa foi bem-sucedida em legitimar sua cultura como superior à cultura da classe trabalhadora, reproduzindo, “em última instância”, a estrutura de dominação social e a desigualdade. O modelo de Bourdieu foi duramente criticado por supor jogos de soma zero e por tratar a estrutura econômica como determinante, em última instância, da estrutura simbólica.

Esse casamento entre as estruturas simbólica e econômica foi abandonado por estudos recentes que apontam diferentes usos da cultura para demarcar identidades e traçar estratégias de mobilidade pessoal.

Recentemente, os estudos sobre pobreza vêm utilizando um novo entendimento teórico que privilegia os repertórios culturais e morais de grupos estigmatizados, buscando entender as estratégias pessoais de convívio com a desigualdade e a diferença (Small, Harding & Lamont, 2011). Ainda segundo estes autores, a grande pergunta de pesquisa que norteia esses novos estudos é: por que as pessoas reagem à pobreza do modo como elas reagem?

No entanto, até o momento os estudos dessa corrente têm privilegiado a análise dos repertórios morais dos grupos discriminados ou excluídos (Carter, 2005; Edin & Kefalas, 2005; Harding, 2007; Small, 2002, 2004). Os repertórios de grupos privilegiados têm tido um papel menor, como se fossem facilmente explicados pelo interesse (uma exceção é Lamont, 1992). Neste artigo, argumentamos que os repertórios culturais de grupos dominantes são uma peça-chave para entender a dinâmica da desigualdade e seus efeitos. Por isso, propomos analisar o repertório cultural das elites em suas explicações sobre a pobreza e a desigualdade.

O conceito de elites utilizado aqui é diferente do de classe alta ou dominante. Em sintonia com a definição mobilizada pela teoria das elites (ou elitismo), o conceito se refere a um grupo menor do que uma classe, definido pela ocupação de posições estratégicas de acesso a recursos de poder na sociedade, sejam eles econômicos, políticos ou simbólicos (Higley & Burton, 2006; Reis & Moore, 2005; Yamokoski & Dubrow, 2008). Segundo Higley e Burton (2006), elites ocupam o topo de organizações e movimentos poderosos, e por isso são capazes de influenciar a vida política regularmente e substancialmente. Em resumo, o conceito de elites está embasado em premissas políticas, enquanto a noção de classe se baseia em premissas econômicas.

Devemos ressaltar que as elites em sociedades complexas não formam um grupo homogêneo, nem compartilham a mesma capacidade de influenciar a vida política. De acordo com a definição mais usual na sociologia política e na ciência política, há uma

ampla gama de elites que emergem de organizações e movimentos no Estado, no mercado e na sociedade civil (López, 2013).

Nossa proposta segue uma já considerável literatura sobre reações das elites à pobreza e à desigualdade (Clarke e Sison, 2005; De Swaan et al., 2000; Hossein 2005; López, 2013; Reis, 2000, 2005, 2011; Reis & Moore, 2005). Essa literatura foi fortemente influenciada pelo conceito de “consciência social” (*social awareness*) de De Swaan (1988, 2000, 2005). Segundo o autor, os sistemas de bem-estar social europeus e norte-americano são o resultado da consciência social das elites, e esta, por sua vez, resulta da combinação de três percepções: (i) de interdependência (pobreza afeta não-pobres); (ii) de responsabilidade (a elite deve fazer algo); e (iii) de viabilidade (há meios para mitigar a pobreza). Aplicando esse modelo analítico ao Brasil, Reis (2011) argumenta que a elite também enxerga a pobreza como um problema que deve ser solucionado, mas não percebe sua responsabilidade em resolvê-lo. A mesma autora afirma que essa ausência de autorresponsabilização caracterizaria uma consciência social incompleta – tal ideia entre as elites de países não-ocidentais foi levantada também para outros casos, como o da África do Sul (Noushin e Manor, 2005) e o das Filipinas (Clarke e Sison, 2003). Originalmente, a perspectiva de De Swaan está fortemente amparada pela teoria da escolha racional, por isso, os estudos que aplicam seu modelo dão um papel menor a fatores culturais.

Já autores como Verba & Orren (1985) e Verba et al. (1987) atentaram para os efeitos da cultura das elites na legitimação (ou questionamento) da estratificação social. Eles argumentaram que os valores sobre a igualdade são uma peça-chave nos mecanismos que causam diferentes tipos de desigualdades. O foco desses autores nas elites, e não no cidadão comum (como no clássico *The civic culture*, de Almond & Verba, 1963), se dá pelo entendimento dos valores das elites como moldadores da ação do Estado. Isto não quer dizer que a cultura das elites esteja descolada de padrões nacionais ou regionais mais abrangentes. Mas o estudo direto das elites permite ver o modo como esses valores se traduzem na esfera política.

Compartilhamos com Verba o pressuposto de que a visão de mundo dos principais tomadores de decisão (*decision-makers*) se relaciona causalmente tanto com a

reprodução da estratificação social, como com a geração de oportunidades de superação das desigualdades (Verba et al., 1987). Contudo, a perspectiva de Verba é criticada por apresentar a cultura de modo pouco maleável e, muitas vezes, como um fator limitador das estratégias pessoais (Sommers, 1995). Por outro lado, autores como De Swaan (1988, 2005) foram ao outro extremo, minimizando o papel da cultura em prol da análise do interesse estratégico das elites.

Aliando essas duas dimensões (valores e estratégias individuais), nossa perspectiva sobre a cultura das elites se pauta no uso de ferramentas culturais pelos atores, ou seja, pensamos uma “cultura em ação” (Swidler, 1986). Argumentamos que, além do cálculo que a elite faz sobre as vantagens e desvantagens da pobreza e da desigualdade, existe uma relação simbólica entre elites e não-elites. As fronteiras simbólicas usadas para excluir e mesmo para incluir os pobres no mundo das elites, tornando-os mais iguais ou mais diferentes, ajudam a explicar tanto a aparente tolerância das elites brasileiras com relação à desigualdade quanto os temores da elite em relação ao povo.

Em relação à América Latina, a inação das elites em relação aos pobres foi interpretada por Blofield (2011a) como um efeito da extrema desigualdade e consequente distância social entre elas e os pobres. Para a autora, a falta de solidariedade das elites pode ser vista objetivamente nos baixos níveis de filantropia na região e flagrada em expressões cotidianas. Seguindo Blofield (2011a), também acreditamos que a distância social entre ricos e pobres é uma característica importante da desigualdade brasileira, o que leva as elites a uma visão distante e, por vezes, indiferente em relação aos pobres, seu cotidiano e seus problemas.

Neste artigo, argumentamos que as ferramentas culturais mobilizadas para estabelecer e justificar esse distanciamento não podem ser naturalizadas pelos pesquisadores. Nesse sentido, o conceito de fronteiras simbólicas ajuda a iluminar os pressupostos dos grupos sociais para construir igualdade ou diferença, um tema negligenciado em estudos sobre desigualdade (Lamont & Molnar, 2002: 188). Sustentamos que entender os repertórios usados para demarcar fronteiras simbólicas entre “nós” (elites) e “eles” (povo, pobres, menos favorecidos) constitui um passo

importante no sentido de analisar os comportamentos e valores das elites no Brasil. Nosso interesse está em identificar as categorias usadas pelas elites brasileiras para qualificar os pobres e, simultaneamente, se aproximar ou distanciar deles.

MÉTODOS

Para analisar os repertórios das elites brasileiras em relação aos pobres, nos baseamos, principalmente, em duas fontes:

- a) Um *survey* com 238 elites, entre parlamentares, burocratas e empresários, conduzido entre 1993 e 1994.
- b) Um conjunto de 51 entrevistas em profundidade com elites nos mesmos setores (34 conduzidas em 1999 e 2000 e 17, em 2012 e 2013).

Embora o *survey* e as entrevistas em profundidade tenham a mesma população alvo (elites no Estado e no mercado), os indivíduos que entraram em uma ou na outra amostra não são os mesmos. Tampouco há repetição de nomes nas entrevistas em profundidade entre 1999 e 2013. Tanto no *survey* como nas entrevistas o critério utilizado foi sempre o da posição institucional, independente do nome que a ocupasse. Esse critério amostral remete ao que Hoffmann-Lange (2007) qualifica como *método da posição* na pesquisa de elites. O mesmo remete à operacionalização do conceito de “elites” através da seleção de instituições poderosas e, dentro destas, dos principais cargos ou postos de liderança. A análise dos dados quantitativos e qualitativos seguiu uma estratégia de convergência, também conhecida na literatura de métodos mistos como “triangulação”. Essa estratégia se caracteriza pela análise simultânea dos dados quantitativos e qualitativos, sem a predominância de uma fonte sobre a outra.

O *survey* foi conduzido pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), atual Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP). Sua amostra é estratificada a partir de três setores: parlamentares, altos burocratas e grandes empresários. O *survey* original incluiu o setor sindical, totalizando 320 casos. Para este estudo, optamos por excluir as lideranças sindicais, pois o número de entrevistas em profundidade com sindicalistas não era suficiente para analisar sistematicamente as questões que consideramos relevantes.

Para compor a amostra do *survey*, os políticos foram sorteados entre parlamentares das duas Câmaras nacionais; os burocratas, entre ocupantes de cargos de segundo escalão na burocracia estatal; e os empresários, numa listagem das 300 maiores empresas do país.

As entrevistas em profundidade foram conduzidas pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NIED-UFRJ). As entrevistas foram realizadas em quatro regiões metropolitanas, duas no Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) e duas no Nordeste (Fortaleza e Salvador). No total, analisamos 28 entrevistas no Sudeste e 23 no Nordeste.

O tamanho final das amostras qualitativas seguiu o critério de saturação, isto é, quando a coleta de material deixa de gerar novos dados para a pesquisa (Mason, 2010). A amostragem das entrevistas também seguiu uma lógica institucional, mas não-probabilística, originalmente abarcando setores não incluídos no *survey*: elites militares, religiosas e lideranças da sociedade civil. Entretanto, optamos por incluir na nossa análise apenas os setores em comum entre as amostras das entrevistas e do *survey* (ver Tabela 1). Os políticos entrevistados pertencem aos quatro maiores partidos brasileiros. Os empresários são CEOs, CFOs ou cargos correlatos dentro do grupo das 300 maiores empresas brasileiras. Os burocratas são ocupantes de altos cargos nos níveis federal, estadual e municipal, incluindo ministros e secretários.

Tabela 1 – Distribuição amostral do *survey* e das entrevistas

	Políticos	Burocratas	Empresários	Total
Survey	54	89	95	238
	(23%)	(37%)	(40%)	(100%)
Entrevistas	15	19	17	51
	(29%)	(37%)	(33%)	(100%)

Fonte: IUPERJ, 1994; NIED-UFRJ, 2013.

As duas amostragens refletem uma definição institucional do conceito de elite, tomando por “elites” aqueles atores que ocupam os principais cargos nas instituições consideradas como as mais influentes do país. Essa definição metodológica busca satisfazer uma definição teórica⁴ centrada no conceito de poder (Yamokoski & Dubrow, 2008).

No *survey*, analisamos perguntas direcionadas para percepções sobre o povo e os pobres brasileiros, em especial as que exigiram do entrevistado qualificar tais grupos. Os principais pontos analisados foram: (1) qualificações do povo brasileiro (por exemplo, trabalhador, desinformado); (2) percepções sobre causas da pobreza/desigualdade; (3) percepção de ameaças institucionais oriundas da desigualdade.

Nas entrevistas em profundidade, buscamos respostas com relatos ou julgamentos quanto ao povo. Essas falas foram codificadas de modo indutivo, isto é, a maior parte dos códigos foi criada após uma análise prévia das entrevistas e seguindo os pontos destacados pelos entrevistados.⁵ No total foram aplicados 36 códigos e os principais se remetiam a (1) características do povo (ignorante/sábio, pacífico/violento, organizado/desorganizado); (2) causas da pobreza; (3) consequências da pobreza (clientelismo, risco de revolta, violência).

Menos do que sugerir a representatividade das respostas, a ideia desta análise qualitativa é identificar a diversidade e proeminência dos repertórios sobre pobreza utilizados pela elite brasileira.⁶

LIMITAÇÕES DOS DADOS

Uma possível crítica aos dados seria o espectro reduzido de setores de elites incluídos na análise, essencialmente as elites do Estado e do mercado. De fato, há uma ampla gama de elites na sociedade civil organizada e mesmo em outras áreas de atuação do Estado e do próprio mercado que poderiam ser considerados. Embora admitamos esta

limitação, acreditamos que nossos dados permitem uma análise sobre as percepções daqueles que estão no topo das principais instituições políticas e econômicas do país.

A diferença temporal entre o *survey* e parte das entrevistas também pode ser entendida como uma potencial fonte de viés para o estudo. Alguns podem argumentar que as elites nos anos 1990 e nos anos 2000 e 2010 não são as mesmas. De fato a “elite” se renova, mas entendemos que estamos tratando ainda de um mesmo grupo social. Embora reconheçamos que a ferramenta com maior poder de generalização é o *survey*, apontamos que existe forte continuidade entre o padrão de resposta nos questionários fechados de 1993-1994 e nos roteiros abertos das entrevistas em 1999, 2000, 2012 e 2013. Adiantando os resultados, a compatibilidade dos achados sugere a permanência dos reportórios das elites com relação aos pobres, a despeito do que alguns poderiam considerar uma “circulação de elites” vivida entre os anos 1990 e 2000. Apesar de os dados terem uma grande abrangência temporal, a natureza dos dados qualitativos dos anos 2000 nos impede de fazer uma análise evolutiva sistemática.

RESULTADOS

Percepções sobre pobreza e a desigualdade

Inúmeros estudos já mostraram que a pobreza e a desigualdade são reconhecidas como problemas no Brasil (ver Scalón, 2004). Resultados do *survey* Latinobarômetro (2009), por exemplo, mostram que aproximadamente 80% dos brasileiros acreditam que a distribuição de renda no país é injusta, ao passo que aproximadamente 70% não reconhecem melhoras na distribuição de renda desde a redemocratização.⁷

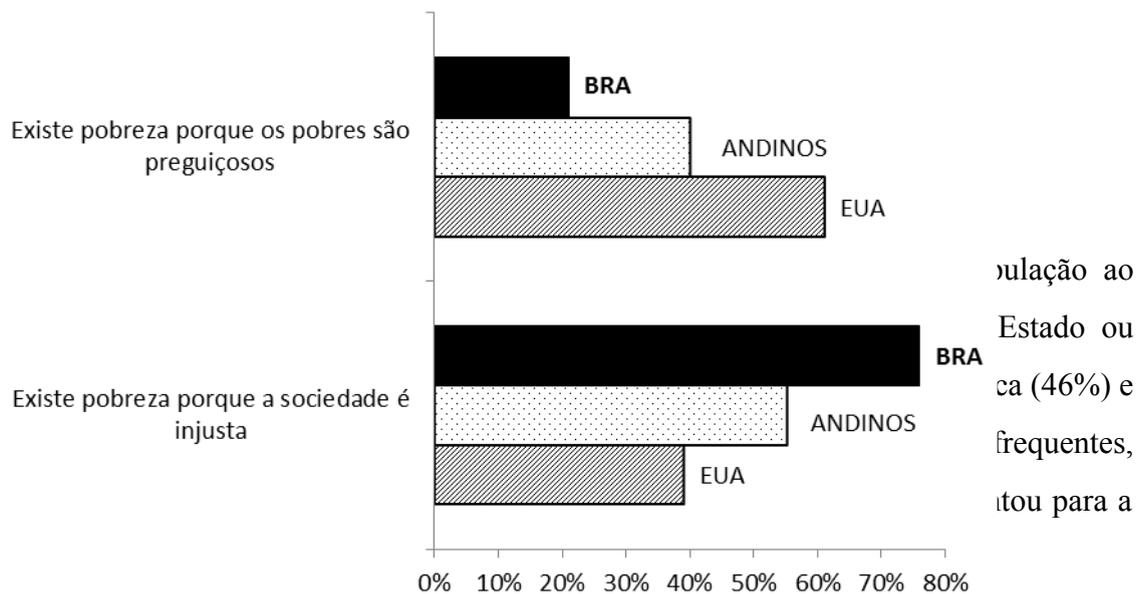
A literatura sobre percepções de desigualdade comumente destaca duas justificativas das pessoas para explicar a existência de pobreza e desníveis sociais: uma, pautada na agência individual e, outra, na estrutura (Katz, 1989; Verba & Orren, 1985). Explicações pautadas na agência individual tendem a atribuir a pobreza à falta de vontade ou mérito de indivíduos. Nesse sentido, é frequentemente marcada a distinção entre pobres mercedores e não-mercedores. Já as explicações pautadas na estrutura atribuem a pobreza a mecanismos macro como crises econômicas, ineficiência das

políticas públicas (por exemplo, baixa qualidade do sistema educacional) ou mesmo discriminação social ou racial.

Dados de pesquisas internacionais, como os do World Values Survey (WVS), mostram que no Brasil existe uma tendência generalizada na população em perceber a pobreza como um mal gerado por estruturas sociais, e não como uma consequência da ação individual. Esse padrão contrasta fortemente com o americano, tal como previsto pela literatura, e com outros casos latino-americanos, como o dos países andinos, como ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Percepções sobre Causas da Pobreza

(% de Entrevistados que Concordam com as Afirmações)



Uma literatura crescente analisa a relação entre as políticas públicas e as ideologias, argumentando que o apoio a políticas redistributivas pode depender em parte de como a população explica a desigualdade (ver Bobo et al., 2012). Por exemplo, a pouca relevância de políticas redistributivas nos EUA em comparação com países europeus é comumente atribuída a percepções mais individualistas sobre a pobreza (Alesina & Angeletos, 2004). Em artigo recente, Telles & Bailey (2013) comparam as explicações sobre a desigualdade racial nos EUA e na América Latina e afirmam: a

percepção estrutural está positivamente relacionada a um maior apoio a políticas de redistribuição.

Outra distinção frequente na literatura sobre percepções de desigualdade se dá entre visões voluntaristas e fatalistas. No Brasil, Scalon (2004) identificou maior tendência ao fatalismo-individualista entre os menos educados e classes sociais mais desfavorecidas, que tendem a atribuir o sucesso individual, ou a mobilidade social, à “sorte”, e não ao trabalho/mérito. Em tese, as elites deveriam compartilhar em menor grau esse tipo de percepção. Nossas entrevistas mostram que as elites não entendem a pobreza como algo contingente (sorte), mas como resultado de causas históricas e políticas.

No entanto, Niemelä (2008: 25) argumenta que há dois tipos de visões fatalistas sobre a pobreza: concepções sobre o destino individual das pessoas (os pobres não têm sorte), e outras sobre o destino imposto por fenômenos sociais e globais incontroláveis (os pobres são vítimas). Quando as visões estruturais e as fatalistas convergem, a pobreza é percebida como um problema de difícil solução, se não impossível. A convergência entre percepções estruturais e fatalistas parece ser o principal prisma pelo qual a maioria dos brasileiros enxerga a pobreza. Ainda de acordo com os mesmos dados do WVS, a maior parte dos brasileiros (em torno de 70%) acredita que “os pobres têm pouca chance de escapar da pobreza”, crença menos presente entre americanos (cerca de 30%) e nos nossos vizinhos andinos (cerca de 55%) .

Nas entrevistas, boa parte das elites parece compartilhar este segundo tipo de fatalismo-estrutural, ou uma postura impassível diante da pobreza, aceita como um fato quase irrevogável. Esse fatalismo também ajudaria a compreender por que muitos parecem não acreditar que podem exercer um papel na transformação dessa situação – relacionando-se à consciência social incompleta identificada por Reis (2000, 2005). Essa percepção é bem ilustrada pela fala de algumas lideranças empresariais e políticas:

[...] não é mais a questão de ter oportunidades iguais, já não tiveram lá atrás e agora é muito tarde para tentar recompor essa balança [...]. (Banqueiro do Sudeste)

Alguns [meninos] são pobres [e] já estão deformados já pela subnutrição, né? [...] depois de uma certa idade não adianta quase mais nada. (Diretor de banco público em estado do Nordeste)

uma vez pobre, sempre pobre. (Secretário de governo de um estado do Sudeste)

A percepção da pobreza como algo permanente parece definir a distância social como uma característica difícil de ser superada no Brasil. Um deputado federal por um estado do Sudeste exemplificou essa característica com o caso de uma funcionária de seu gabinete que havia sido garçonete na Europa, onde essa distância seria menor.

[seja] na Inglaterra, seja na Suécia, seja nos países do norte da Europa, essa distância é muito menor. Só que eu não sei de que maneira se chega a isso [...] eu não sei. Eu sei que nos países desenvolvidos é assim, mas eu não sei como se chegou a isso. (Deputado federal por um estado do Sudeste)

A visão fatalista das elites brasileiras também está relacionada a um grande descontentamento em relação ao Estado, visto como responsável, mas ineficiente ao tratar questões de pobreza e desigualdade (Reis, 2000, 2011a). O fato de o discurso das elites sempre vincular a solução da desigualdade ao Estado também confirma a percepção de incapacidade de superação das mazelas sociais pela ação individual ou mesmo coletiva. Além disso, a atribuição de responsabilidade ao Estado reforça um dado importante da literatura das ciências sociais brasileiras: a definição da sociedade civil como passiva (Reis, 2011b).

Fronteiras simbólicas

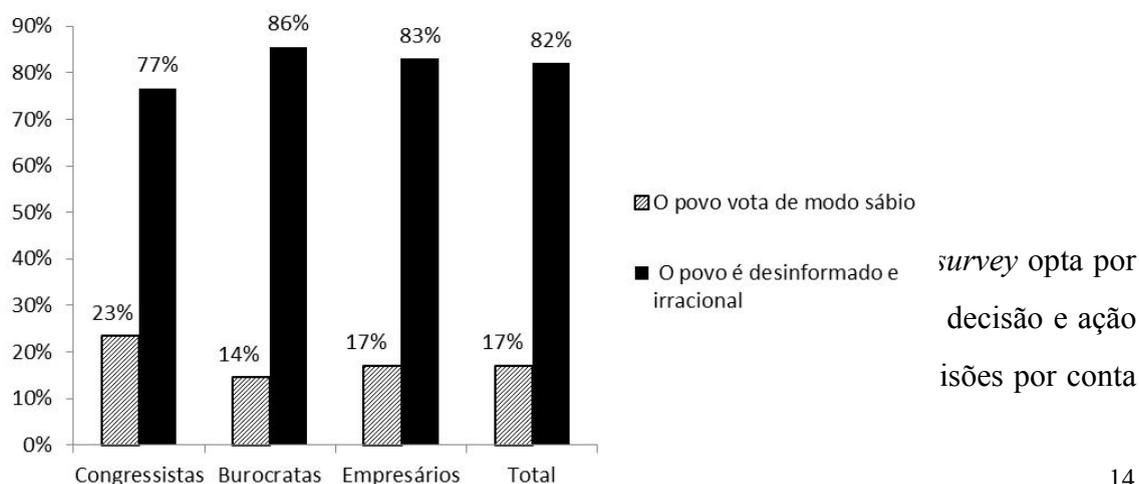
Em que medida essa visão fatalista implica também uma separação simbólica entre indivíduos com capacidade de ação e indivíduos “presos” na pobreza? Esta questão não é simples de ser respondida. Devemos notar que, nas entrevistas em profundidade, as perguntas feitas aos políticos, burocratas e empresários abordavam os problemas da pobreza e desigualdade, e não a qualificação dos pobres brasileiros. No entanto, ao falar sobre pobreza, repetidamente as elites entrevistadas mencionaram o “povo” brasileiro. A ideia de “povo” entre os entrevistados não remete a uma noção de comunidade nacional, da qual as elites fariam parte, mas a um grupo alheio às elites,

majoritariamente composto por pobres. Esse não é o padrão de outros países na região, como o Uruguai, onde os pobres são vistos pelas elites como uma parcela (muitas vezes desviante) do povo, entendido como uma comunidade nacional (López, 2013). Acompanhando os entrevistados, nossa análise por vezes intercambia os conceitos de pobres e povo.

O questionário do *survey* continha algumas questões que abordavam diretamente a “qualidade” do povo brasileiro, pedindo aos entrevistados que optassem entre adjetivos positivos e negativos, sempre apresentados de modo simétrico, tais como ordeiro/desordeiro. Um primeiro olhar aos dados levaria à impressão de que as elites brasileiras veem o povo de forma positiva. Por exemplo, 96% das elites no *survey* consideram o povo tolerante (em oposição a “intolerante”) e pacífico (em oposição a violento), 85% como trabalhador (em oposição a malandro), 75% como honesto (em oposição a desonesto) e 72% preferiram qualificar o povo como solidário (em vez de egoísta) e como ordeiro (em oposição a desordeiro).⁸

No entanto, em algumas questões as elites entrevistadas identificaram atributos negativos do povo brasileiro: 80% preferiram qualificar o povo como ignorante, em vez de esclarecido, 86% qualificaram-no como desorganizado (em oposição a organizado) e 64% como apático (em oposição a participante). Quando perguntados se o povo brasileiro, em sua maioria, vota de forma sábia ou se é desinformada e irracional, as elites nos três setores optaram quase unanimemente pela segunda opção. Essa tendência, ironicamente, inclui os congressistas que são receptores desses votos, como ilustrado na Figura 2.

Figura 2 – Percepções sobre o Caráter do Povo



própria reaparece com força nas entrevistas em profundidade. Nessas, como dito anteriormente, a noção de “povo” e “pobres” se mescla na fala das elites.

Os resultados do *survey* são reforçados pelas entrevistas em profundidade. A consistência entre o padrão de resposta no *survey* e nas entrevistas, o que Small (2009) chama de significância lógica, indica que a associação de pobreza com inação é um componente central do repertório das elites brasileiras. Nas entrevistas em profundidade, 33 dos 51 entrevistados citaram espontaneamente a ignorância do povo ou dos pobres, sugerindo que a falta de recursos levaria o povo a um estado de paralisia. A fala de um senador exemplifica esta apreensão:

Primeiro de tudo é que [a pobreza] cria o povo sem condições de exercer sua cidadania. É um povo que já nasce organicamente e moralmente abatido. (Senador por um estado do Sudeste)

A ignorância do povo também está diretamente associada à percepção fatalista e estrutural em relação à pobreza, pois, na visão das elites, é a condição de pobreza que os leva a más escolhas, e não o oposto. Em outras palavras, não são as decisões erradas dos pobres que os levaram à pobreza, mas é a situação de pobreza que os leva à impossibilidade de tomar decisões, gerando um ciclo vicioso de pobreza. Essa percepção é ilustrada pela fala de um empresário:

A miséria [...] faz do homem um lixo, a miséria degrada, quer dizer, quando você é levado a uma condição [em] que você não tem paradigma, porque a miséria ela encobre, ela é um pano preto na cabeça das pessoas, ele vai cego. (Empresário do Nordeste)

É importante ressaltar que esta definição dos pobres não está apenas relacionada a questões econômicas, mas, principalmente, a questões morais e subjetivas, como sua capacidade de tomar decisões e agir (agência). Enquanto os pobres são apresentados sem agência individual, a elite aparece ora como uma “minoridade ilustrada”, ora como causadora dos males do país, mas sempre detentora da agência:

repetidamente a sociedade... é uma sociedade pobre, despolitizada, desestruturada, que não tem canais de expressão de manifestação, *não tem consciência*. Certamente que ela não pode, por ela mesma, buscar seus princípios se não tiver formas de indução muito fortes. Então nessa sociedade, vamos dizer, o papel, curiosamente, o papel das elites é um papel muito fundamental. Porque elas representam... como que um segmento de excelência. (Líder político do Nordeste)

Agora, se você comparar esse contingente [da elite] com o tamanho da população brasileira, você vê que é muito pequeno, porque essa... a geração do cérebro é muito pequena a produção de pessoas dessa *elite pensante*, dessa elite dirigente. É ainda pequena. (Deputado por estado do Nordeste)

[...] as classes pensantes e possuidoras [...] não se envergonham de manter esse sistema tão injusto, que por outro lado gerou uma base popular dos trabalhadores muito ignorante. (Líder empresarial do Sudeste)

Mesmo que as caracterizações da elite sejam menos frequentes do que a qualificação do povo como “ignorante”, em muitos casos ela pode ser deduzida pelo modo como os entrevistados qualificam o povo, uma vez que ele é claramente apontado como o “outro”. Essas fronteiras simbólicas podem servir como pressupostos na definição das estratégias das elites e nas suas decisões nas esferas do Estado e do mercado com relação aos pobres, como discutiremos a seguir.

CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS DAS FRONTEIRAS SIMBÓLICAS

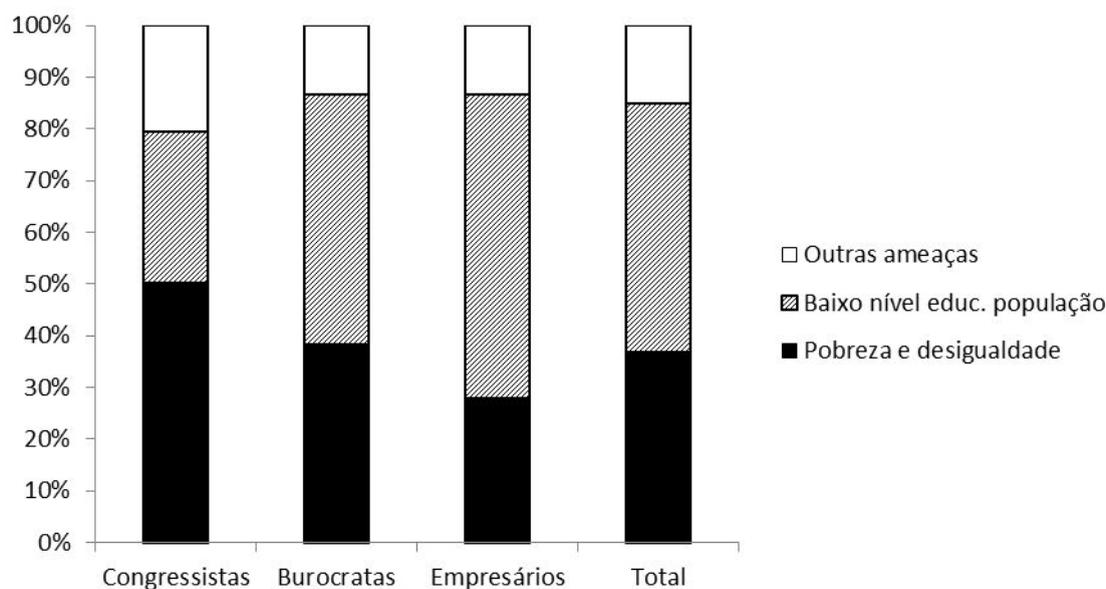
Existe uma expressiva, embora recente, literatura sobre as consequências da desigualdade para as elites (ver De Swaan et al., 2000; Clark & Sisson, 2005; López, 2013; Reis, 2000, 2011a; Reis & Moore, 2005). Esta literatura aponta para fenômenos como a violência urbana e mesmo surtos epidêmicos como possíveis externalidades da pobreza para as elites.

De acordo com o modelo de De Swaan (1988, 2005), a percepção de consequências negativas da pobreza poderia trazer externalidades positivas de redistribuição, uma vez que a elite pode optar por sanar mazelas sociais como meio de resolver seus próprios problemas de segurança. Esse mecanismo estaria por trás dos fenômenos de formação de aparatos de bem-estar social na Europa e nos EUA. Assim, o argumento de De Swaan aponta para importantes consequências políticas da pobreza.

No presente estudo, no entanto, queremos discutir as consequências políticas dos repertórios culturais das elites em relação ao povo brasileiro, em especial a demarcação de fronteiras entre membros de uma “elite ilustrada”, por um lado, e pobres “ignorantes” e “irracionais”, por outro. Nesse sentido, o *survey* mostrou que os pobres

foram percebidos majoritariamente como votantes desinformados e irracionais (ver Figura 2). Além disso, quando perguntadas diretamente sobre obstáculos à democracia, as elites identificaram a falta de educação do povo e a pobreza e desigualdade como os principais entraves (ver Figura 3).

Figura 3 – Percepções sobre Ameaças à Democracia



baseada no conhecimento e na capacidade de tomar decisões. No entanto, mesmo com a estabilidade democrática vivida ao longo da década de 1990, as entrevistas em 2000 também revelaram essa preocupação com os resultados políticos de um sistema baseado na opinião de uma maioria pouco esclarecida, como expresso pelas seguintes falas:

[...] isso [o subdesenvolvimento da população] desestabiliza o sistema político todo, através do voto, um voto anárquico. (Vice-governador de um estado do Nordeste)

Quem é que vota nos candidatos mais retrógrados? É o pessoal da periferia que elege essa gente. Esse que é o negócio. [...] Eu vou falar com uma franqueza, [...] o sistema democrático está sob ameaça [por causa de] uma base social ignorante, desprezada, manipulada da maneira mais vil. (Líder empresarial do Sudeste)

Mesmo as entrevistas mais recentes (2012-2013), as críticas à política social do governo também se baseiam na mesma premissa de manipulação do voto de uma maioria ignorante. A fala de um CEO de uma grande empresa do Sudeste ilustra essa acusação de uso clientelista do povo.⁹

[...] E obviamente que tem um projeto político atrás dele [Bolsa Família], lamentavelmente. O projeto é angariar votos pra ficar no poder. (CEO de uma grande empresa do Sudeste)

Apesar de a ignorância do povo causar resultados eleitorais indesejados, segundo as elites, essa percepção não motivou, nem parece motivá-las, a suprimir direitos políticos da população. Entretanto, essa percepção parece estimular conflitos internos entre as elites. Elas criticam umas às outras por fazerem um uso clientelístico das instituições do Estado, beneficiando-se da incapacidade de ação política atribuída aos pobres. Assim, as denúncias de desvirtuamento político não recaem sobre o povo, mas sobre o uso que as elites fazem do povo.

Em outras palavras, nas entrevistas em profundidade o medo das consequências políticas da desigualdade está relacionado à ação das próprias elites, e não à capacidade ofensiva ou de reação do povo. Nas palavras de um ex-ministro de Estado, “os pobres jamais farão a revolução” porque “são desorganizados”.

Ironicamente, este dado pode ser interpretado como uma consequência positiva das fortes fronteiras simbólicas e da grande distância social. Por não reconhecerem a capacidade de ação política dos pobres, as elites não se veem tentadas a adotar medidas restritivas da participação democrática (em um extremo, o que parece acontecer no Egito atualmente).

Por outro lado, as elites cristalizam uma situação de forte desigualdade política ao desconsiderarem a capacidade de articulação e ação racional de grande parte da população, aumentando (ou ao menos mantendo) a distância social entre elites e não-elites. Entendemos aqui a desigualdade política como a assimetria na influência de indivíduos e grupos nas decisões políticas (Verba et al., 1987).

Segundo Verba et al. (1995), a participação política dos cidadãos em uma democracia lhes garante a oportunidade de informar o Estado sobre suas preferências, pressionando-o a agir em função das mesmas. A fronteira que as elites demarcam entre elas e o povo parece deslegitimar essa possibilidade de participação, uma vez que os votantes não são entendidos como porta-vozes de seus próprios interesses. Em resumo, a não assimilação dos cidadãos como atores políticos legítimos reforça a desigualdade política e, portanto, dificulta o aprofundamento da democracia.

CONCLUSÃO E DISCUSSÃO

A existência de vínculos causais entre cultura e desigualdade é uma questão que já vem sendo desenvolvida teoricamente na sociologia e na ciência política, assim como explorada empiricamente por meio de distintas ferramentas de pesquisa (exemplos são Katz, 1986; Verba & Orren, 1985; Verba et al., 1987). Neste artigo, procuramos abordar essa questão a partir de dois conceitos relativamente novos neste campo de pesquisa: distância social (Blofield, 2011a) e fronteiras simbólicas (Lamont & Molnar, 2002).

Empiricamente, utilizamos dados de um *survey* com elites políticas, burocráticas e empresariais realizado em 1993 e 1994 e entrevistas em profundidade com elites desses mesmos setores realizadas entre 1999 e 2013. Apesar da distância temporal, encontramos forte coerência entre os resultados do *survey* e das entrevistas. A consistência entre os dados quantitativos e qualitativos denota o que Small (2011) chama de significância lógica, ou seja, a coerência entre os resultados do *survey* e as entrevistas é um forte indicativo de que o eixo principal dos repertórios das elites com relação aos pobres persiste, apesar das mudanças nas conjunturas política e econômica.

Mostramos que pesquisas comparativas sobre valores, como o World Values Survey, apontam que os brasileiros apresentam uma concepção estrutural e fatalista da pobreza. Com base em dados de *survey* e em entrevistas em profundidade, mostramos que as elites do Estado e do mercado compartilham em boa medida essa concepção.

Argumentamos que a percepção estrutural da pobreza é acompanhada de um fatalismo com relação à condição dos pobres. Esse fatalismo é um indicativo de grande

distância social, uma vez que as elites parecem acreditar que dificilmente os pobres deixariam de ser pobres.

O fatalismo das elites parece associado à sua percepção do povo como genericamente passivo, irracional e desorganizado. Por isso, dificilmente os pobres (que na visão das elites compõem o povo) teriam capacidade de sair da sua situação. Esta é a principal fronteira simbólica encontrada nesse estudo: a de agência *versus* passividade, e esta fronteira distingue as elites dos pobres, ou genericamente, do povo brasileiro.

Por fim, argumentamos que as elites parecem perceber a desigualdade como uma fonte de ameaças políticas para si, mas não por conta de um possível conflito entre elites e pobres. A partir da mobilização das mencionadas fronteiras simbólicas, as elites desconsideram a capacidade de articulação política dos pobres. Com isso, elas passam a se acusar mutuamente pelo mau uso da ignorância do povo, como o clientelismo e o populismo. Embora, ironicamente, essas fronteiras simbólicas possam ajudar a manter instituições democráticas, já que os pobres não são vistos diretamente como ameaças, argumentamos que elas cristalizam uma situação de grande desigualdade política no país.

A manutenção de uma grande desigualdade política não só problematiza os avanços democráticos do Brasil, como pode também ter um efeito significativo na reprodução da desigualdade econômica. Como argumentam Verba et al. (1987), a influência política pode ser convertida em recursos econômicos, acirrando as desigualdades em outras esferas. Logo, as fronteiras simbólicas podem limitar o alcance do atual ritmo de queda da desigualdade de renda no Brasil, comprometendo o aprofundamento da democracia no país.

Recebido em 18/10/2013 / Aprovado em 07/07/2014

Bionotas

Graziella Moraes Silva é professora de Sociologia do IFCS/UFRJ associada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia e ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade (NIED). Seus trabalhos concentram-se na área de desigualdade social e relações raciais comparadas. grazimoraessilva@ufrj.br

Matias López é doutorando em Ciência Política na Pontifícia Universidad Católica de Chile e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade (NIED) da UFRJ. Seus trabalhos concentram-se nas áreas de política comparada, sociologia política e métodos de pesquisa. mlopez8@uc.cl

NOTAS

Segundo a PNAD de 2012, o Gini brasileiro está agora em 0,498. O índice de Gini varia entre 0 e 1, sendo maior a desigualdade quanto mais próximo de 1. Para uma rápida comparação, o Gini da Suécia e da Noruega oscilam em torno de 0,25, já o Gini da Argentina é 0,445, o do México é 0,472 e o da Índia é 0,339, segundo o Banco Mundial (<http://data.worldbank.org/indicador/SI.POV.GINI>)

Uma série de estudos afins sobre desigualdade e política foi publicada no livro *The great gap: inequality and the politics of redistribution in Latin America*, organizado por Blofield (2011b). Para um panorama sobre a publicação ver a resenha de López (2014).

Reis (1998) relaciona esse fenômeno com o conceito de “familismo amoral” de Banfield, que descreve o atrofiamento dos laços de solidariedade na esfera pública em prol de uma solidariedade limitada ao âmbito de relações privadas.

Alguns críticos têm enfatizado a dificuldade de operacionalização do conceito de elite (o principal é Cammack, 1990), argumentando que não há uma medida que satisfaça as premissas da teoria elitista. Em parte este é um problema real nos estudos de elites, o que dificulta a criação de parâmetros para a validade amostral. Entretanto, concordamos com Higley, Burton & Field (1990) em que este não é um problema maior para o estudo das elites do que o é para o estudo de outros conceitos sociológicos, como “classe” e mesmo “Estado”.

As entrevistas foram codificadas por meio do programa Atlas.Ti. Para mais informações sobre a codificação e qualquer outra informação sobre os dados e a metodologia, contate os autores.

Além das fontes mencionadas, usamos pontualmente resultados do World Values Survey, da onda 1993-1995, para comparar as percepções sobre pobreza e mobilidade social do Brasil com outros países. O World Values Survey é uma pesquisa de valores aplicada em mais de oitenta países e tem sido explorada para a análise da influência de padrões de cultura política no desenvolvimento político e social e vice-versa. Microdados e análises estão disponíveis em <<http://www.worldvaluessurvey.org/>>.

É importante lembrar que o dado bruto sobre a desigualdade não explica totalmente as percepções sobre desigualdade. Enquanto países de relativa baixa desigualdade na região acompanham o Brasil nesse tipo de percepção (como Uruguai e Costa Rica), outros com índices semelhantes de desigualdade tendem a dar menos peso à questão (como Bolívia e Equador).

Não encontramos variações estatisticamente significativas entre setores de elite.

O repúdio ao clientelismo, como crítica à atuação do Estado, também foi caracteriza algumas lideranças da sociedade civil segundo o estudo de López, Leão e Grangeia (2011)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almond, Gabriel & Verba, Sidney. (1963). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown & Co.

Alesina, Alberto & Angeletos, George-Marios. (2005). Fairness and redistribution. *American Economic Review*, vol. 95? nº4 p. 960-980.

Barros, Ricardo Paes de et al. (2010). Markets, the state and the dynamics of inequality in Brazil. In: Lopez-Calva, Luis F. & Lustig, Nora (orgs.), *Declining inequality in Latin America: a decade of progress?* Washington, DC: Brookings Institution e UNDP.

Blofield, Merike. (2011a). Desigualdad y política en América Latina. *Journal of Democracy en Español*, 3, p. 58-74.

Blofield, Merike. (2011b). *The great gap: inequality and the politics of redistribution in Latin America*. University Park: The Pennsylvania University Press.

Blofield Merike & Luna Juna, Pablo. (2011). Public opinion on income inequalities in Latin America. In: Blofield, Merike (org.). *The great gap: inequality and the politics of redistribution in Latin America*. University Park: The Pennsylvania University Press, p. 147-181.

Bobo, Lawrence; Charles, Camille; Krysan, Maria & Simmons, Alicia D. (2012). The real record on racial attitudes. In: Marsden, Peter (org.). *Social trends in American life: findings from the General Social Survey since 1972*. Princeton: Princeton University Press, p. 38-83.

Bourdieu, Pierre. (2013 [1979]). *Distinction: a social critique of the judgment of taste*. Londres: Routledge.

Cammack, Paul. (1990). A critical assessment of the new elite paradigm. *American Sociological Review*, 55/3, p. 415-420.

Caldeira, Teresa Pires. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34.

Carter, Prudence. *Keepin' it real: school success beyond black and white*. Nova York: Oxford University Press, 2005.

Catani, Antonio David. (2010). Desigualdades: construindo novas perspectivas analíticas. In: Catani, Antonio David (org.). *Riqueza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Zouk, p. ____.

Clarke, Gerard & Sison, Marites. (2003). Voices from the top of the pile: elites perceptions of poverty and the poor in the Philippines. *Development and Change*, 34/ 2, p. 215-242.

De Swaan, Abraham. (2005). Elite perceptions of the poor: reflections on a comparative project. In: Reis, Elisa & Moore, Mick (orgs.). *Elite Perceptions of poverty and inequality*. Londres: Zed Books, p. 182-194.

De Swaan, Abraham (1988). *In care of the State*. Oxford: Oxford University Press.

De Swaan, Abraham; Manor, James; Øyen, Else & Reis, Elisa. (2000). Elite perceptions of the poor: reflections for a comparative research project. *Current Sociology*, 48/1, p. 43-54.

Edin, Kathryn & Kefalas, Maria. (2005). *Promises I can keep: why poor women put motherhood before marriage*. Berkeley: University of California Press.

Ellemers N. 1993. The influence of social structural variables on identity management strategies. *Eur. J. Soc. Psychol.* 18:497–513

Harding, David J. (2007). Cultural context, sexual behavior, and romantic relationships in disadvantaged neighborhoods. *American Sociological Review*, 72, p. 341-364.

Harrison, Lawrence E. & Huntington, Samuel P. (orgs.). (2000). *Culture matters: how values shape human progress*. Nova York: Basic Books.

Higley, John & Burton, Michael (2006). *Elite foundations of liberal democracy*. Laham: Roman and Littlefield Publishers.

Higley, John; Burton, Michael G. & Field, G. Lowell. (1990). In defense of elite theory: A reply to Cammack. *American Sociological Review*, 55/3, p. 421-426, p. ____.

Hoffmann-Lange, Ursula. (2007). Methods of elite research. In: Goodin R R (org). *The Oxford Handbook of Political Behaviour*. Nova York: Oxford University Press, p. 910-918.

Hosseini, Naomi. (2005). Productivity and virtue: elite categories of the poor in Bangladesh. *World Development*, 33/6, p. 965-977.

Hosseini, Naomi & Moore, Mick. (2005). So near yet so far: elites and imagined poverty in Bangladesh. In: Reis, Elisa & Moore, Mick (orgs.). *Elite perceptions of poverty and inequality*. Londres: Zed Books, p. 91-126.

Inglehart, Ronald (1988). The renaissance of political culture. *American political science review* 82/04, p. 1203-1230.

Kageyama, Angela & Hoffmann, Rodolfo. (2006). Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, 15/1, p. 79-112.

Kalati, Noushin & Manor, James. (2005). Elite perceptions of poverty and poor people in South Africa. In: Reis, Elisa & Moore, Mick (orgs.). *Elite perceptions of poverty and inequality*. Londres: Zed Books, p.156-181.

Katz, Michael B. (1986). *The undeserving poor: from the war on poverty to the war on welfare*. Nova York: Pantheon Books.

Lambert, Jaques. (1973). *Dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Lamont, Michelle. (1992). *Money, morals, and manners: The culture of the French and the American upper-middle class*. Chicago: University of Chicago Press.

Lamont, Michelle & Molnar, Virag. (2002). The study of boundaries in the social sciences. *Annual Review of Sociology*, 28, p. 167-195.

Lewis, Oscar. (1975). *Five families: Mexican case studies in the culture of poverty*. Basic Books.

López, Matias. (2014). Desigualdade e política (Resenha de *The Great Gap*). *Sociologia & Antropologia*, 4/1, p. 279-283.

López, Matias. (2013). The state of poverty: elite perceptions of the poor in Brazil and Uruguay. *International Sociology*, 28/3, p. 351-370.

- López, Matias (2013) Elite theory. *Sociopedia.isa*. Disponível em <http://www.sagepub.net/isa/> [acesso em 2 de novembro de 2014]
- Lopez, Felix Garcia, Luciana de Souza Leão, and Mario Luis Grangeia. State (2011), Third Sector, and the Political Sphere in Brazil. *International Journal of Sociology* 41/2, p. 50-73.
- Mason, Mark. (2010). Sample size and saturation in PhD studies using qualitative interviews. *Forum: Qualitative Social Research Sozialforschung*, 11/3. Disponível em: <<http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/issue/view/35>>. Acesso em 15 jan 2014.
- Medeiros, Marcelo. (2005). *O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira*. São Paulo: Hucitec.
- Neri, Marcelo C. (2008). *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS.
- Niemelä, Mikko. (2008). Perceptions of the causes of poverty in Finland. *Acta Sociologica*, 51/1, p. 23-40.
- Reis, Elisa. (2011a). Elite perceptions of poverty and inequality in Brazil. In: Blofield, Merike (org.). *The great gap: inequality and the politics of redistribution in Latin America*. University Park: The Pennsylvania University Press, p. 89-108.
- Reis, Elisa. (2011b). Novas formas de relacionar autoridade e solidariedade: questões teóricas e empíricas. *Sociologia & Antropologia*, 1/1, p. 91-118.
- Reis, Elisa. (2005). Perceptions of poverty and inequality among Brazilian elites. In: Reis & Moore, Mick (orgs.), *Elite perceptions of poverty and inequality*. Londres: Zed Books, p. 26-56.
- Reis, Elisa. (2004). A desigualdade na visão das elites e do povo brasileiro. In: Scalon, Maria Celi (org.). *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG.
- Reis, Elisa (2000). Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15/2, p. 44-152.
- Reis, Elisa. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 29.10 (1995): 35-48.
- Reis, Elisa & Moore, Mick. (2005). *Elite perceptions of poverty and inequality*. Londres: Zed Books.
- Ribeiro, Carlos Antonio Costa & Scalon, Maria Celi. (2001). *Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 44/1, p. 53-96.
- Silva, Nelson do Valle. (2004). *Cambios sociales y estratificación en el Brasil contemporáneo (1945-1999)*. (vol. 89). United Nations Publications.
- Small, Mario Luis. (2009). How many cases do I need? On science and the logic of case selection in field-based research. *Ethnography*, 10, p. 5-38.
- Small, Mario Luis. (2004). *Villa Victoria: the transformation of social capital in a Boston barrio*. Chicago: University of Chicago Press.
- Small, Mario Luis. (2002). Culture, cohorts, and social organization theory: understanding local participation in a Latino housing project. *American Journal of Sociology*, 108, p. 1-54.
- Small, Mario Luis; Harding, David & Lamont, Michelle. (2011). Reavaliando cultura e pobreza. *Sociologia & Antropologia*, 1/2, p. 91-118.

- Somers, Margaret R. (1995) What's political or cultural about political culture and the public sphere? Toward an historical sociology of concept formation. *Sociological theory* 13/2, p. 113-144.
- Stein, Rosa Helena. (2006). Pobreza e desigualdade na América Latina: sob o olhar dos organismos internacionais. *Ser Social*, 18, p. 79-125.
- Swidler, Ann. (1986). Culture in action: symbols and strategies. *American Sociological Review*, 52/2, pp. 273-286.
- Telles, Edward & Bailey, Stanley. (2013). Understanding Latin American beliefs about racial inequality. *American Journal of Sociology*, 118/6, p. 1559-1595.
- Verba, Sidney et al. (1995). *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University Press.
- Verba, Sidney et al. (1987). *Elites and the idea of equality: a comparison of Japan, Sweden and the United States*. Cambridge: Harvard University Press.
- Verba, Sidney & Orren, Garry (1985). *Equality in America: the view from the top*. Cambridge: Harvard University Press.
- Yamokoski, Alexis & Dubrow, Joshua Kjerulf. (2008). How do elites define influence? Personality and respect as sources of social power. *Sociological Focus*, 41/4, p. 319-336.

O POVO BRASILEIRO VISTO PELAS ELITES: REPERTÓRIOS E FRONTEIRAS SIMBÓLICAS DA DESIGUALDADE BRASILEIRA

Resumo

Neste estudo, analisamos os repertórios culturais mobilizados pelas elites brasileiras para definirem o "povo". Empiricamente, utilizamos dados de um survey e de entrevistas em profundidade para captar como elites políticas, burocráticas e empresariais no Brasil veem temas relacionados à pobreza e à desigualdade. Nossos dados indicam que as elites reconhecem a pobreza como um problema estrutural que deve ser resolvido pelo Estado, mas ao mesmo tempo se mostram descrentes quanto a sua solução, demonstrando uma visão fatalista sobre o assunto. Argumentamos que esse fatalismo está relacionado à maneira como essas elites definem os pobres, frequentemente generalizados como o povo brasileiro. O mesmo é visto como: pouco organizado, passivo, ignorante e irracional. Argumentamos que, ao definir os pobres, as elites traçam uma fronteira simbólica entre um setor ativo, que inclui as elites, e outro passivo, composto pelo povo. O estudo aborda também os efeitos dessas fronteiras simbólicas na desigualdade brasileira.

Palavras-chave: desigualdade; distância social; elites; fronteiras simbólicas; pobres

The Brazilian people in the eyes of the elites: repertoires and symbolic boundaries of the Brazilian inequality

Abstract

In this paper we analyze the cultural repertoires mobilized by elites to describe the Brazilian people. We use survey and in-depth interview data to capture how political, bureaucratic and business elites in Brazil frame poverty and inequality. Our data indicates that elites acknowledge poverty as a structural problem for the State to solve, but remain skeptical on the odds of actual solutions, indicating fatalist perceptions. We argue that such fatalism relates to how elites categorize the poor: unorganized, passive, ignorant and irrational. We argue that, in their definition of the poor, elites draw a symbolic boundary, separating an active sector (which includes the elites) and a passive one (the “people”). The paper also addresses the effects of such symbolic boundaries on the overall picture of Brazilian inequality.

Keywords: inequality; social distance; elites; symbolic boundaries; the poor